

Reseña del libro "The World of Child Labor: an Historical and Regional Survey".

SANTOS JÚNIOR, José Pacheco dos.

Cita: SANTOS JÚNIOR, José Pacheco dos. (2013). *Reseña del libro "The World of Child Labor: an Historical and Regional Survey"*. Politeia: História e Sociedade, 13(2).

Dirección estable:

<https://www.aacademica.org/jose.pacheco.dos.santos.junior/5>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.

Para ver una copia de esta licencia, visite

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <http://www.aacademica.org>.

HINDMAN, HUGH D. (ED.).
**THE WORLD OF CHILD LABOR: AN HISTORICAL AND
REGIONAL SURVEY.**
ARMONK, NY: M.E. SHARPE, 2009.

*por José Pacheco dos Santos Júnior**

Se a exploração do trabalho infantil é um problema global, então merece tratamento analítico de semelhante envergadura. É essa a assertiva que melhor expressa o objetivo de **The world of child labor: an historical and regional survey**, trabalho de Hugh D. Hindman, professor da Appalachian State University, publicado nos Estados Unidos em 2009. Ancorada numa perspectiva de cunho global e histórico, **The world of child labor** configura-se numa iniciativa ousada e original de organização de uma enciclopédia sobre o trabalho infantil. Desafiando fronteiras, Hindman reúne, sob a sua coordenação, trabalhos de 190 autores das mais diversas áreas e instituições do mundo que assumiram o desafio de escrever sobre o trabalho de crianças em diferentes tempos e espaços.

O livro está estruturado em oito partes: *World; Sub-Saharan Africa; Latin America and Caribbean; North America; Europe; North Africa and Middle East (Western Asia); Central and South Asia; East Asia and The Pacific*. Cada uma das partes é antecedida por uma folha de rosto com gravuras que retratam as crianças trabalhadoras da região abordada pelos ensaios que a compõem. Além disso, os ensaios concernentes a cada país são antecidos por uma página de apresentação, na qual estão contidos mapa político, dados demográficos e econômicos, quadro de composição da força de trabalho, além de uma

*Mestrando em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: josepsjunior@usp.br.

tabela com informações referentes a trabalho infantil e frequência escolar (*Economic activity only; School only; Combining school and economic activity; Neither in school nor in economic activity; Child labor*). Os dados são expostos de acordo com a porcentagem de crianças no grupo etário “relevante” – entre 5 e 14 anos, com pequenas variações de acordo com o país – e variáveis são consideradas quanto ao sexo e a residência (urbana ou rural) dos pequenos trabalhadores.

A primeira parte do livro (*World*), estruturada em quatro seções, aborda a questão do trabalho precoce com textos teóricos acerca do tema. Em destaque, as perspectivas da Economia e das Ciências Sociais relativas ao *labor* infantil, uma revisão historiográfica sobre o trabalho infantil na Revolução Industrial, as representações visuais do trabalho infantil no Ocidente, as piores formas de trabalho infantil, a relação entre educação e trabalho infantil e as ações contra a exploração do trabalho infantil. É posto em discussão o trabalho desenvolvido pelas Nações Unidas e pelas diversas agências e programas de assistência internacional, tais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec). Os leitores mais familiarizados com a literatura internacional sobre o trabalho infantil reconhecerão com facilidade, nesses primeiros textos, os nomes de pesquisadores influentes na área, como Alec Fyfe e G. K. Lieten, inclusive alguns cujos livros e artigos foram publicados no Brasil, a exemplo de Colin Heywood, Peter N. Stearns e Bengt Sandin.

Nesta primeira parte, a discussão, mais do que necessária, que envolve a diferenciação semântica entre as expressões *child work* e *child labor* ganham espaço nas reflexões fomentadas por Ben White (p. 11) e Colin Heywood (p. 18). Na opinião do primeiro autor, as variações que incidem sobre as categorias etárias são múltiplas. Neste sentido, White defende de maneira incisiva que não existe uma única definição de “criança”. Para este pesquisador, que assina o artigo sobre as “Visões das Ciências Sociais sobre as crianças trabalhadoras” (*Social Science Views on Working Children*), a idade cronológica não é uma base universalmente aceita para determinar o que é, ou não, uma criança, ou quem deve, ou não, ser tratado como tal. Problemas semelhantes, como destaca White, ocorrem com tentativas de se opor o trabalho infantil não prejudicial (*child work*) do prejudicial (*child labor*), mascarando e opondo de maneira binária e artificial a complexa realidade do trabalho de crianças, além de configurar-se

em duas categorias que podem falsear fins analíticos e políticos. Já na opinião do professor Heywood, da University of Nottingham (Reino Unido), essa distinção pode ser inviável na prática, dada a gama de circunstâncias nas quais as crianças trabalham.

Na segunda parte do livro, o trabalho infantil na África Subsaariana ganha lugar de destaque. Nos seis textos introdutórios, são abordados temas como trabalho infantil na África Colonial e Pós-Colonial e a relação entre HIV/Aids e o abuso do trabalho infantil. Em seguida, vinte e dois textos, organizados em quatro seções (*Western Africa, Middle Africa, Eastern Africa, Southern Africa*) analisam o trabalho de crianças nos países que integram estas regiões do globo, rotuladas genericamente como “África Subsaariana” (*Sub-Saharan Africa*). O *labor* das crianças latino-americanas e caribenhas é destrinchado na terceira parte do livro, enquanto Canadá e Estados Unidos são objetos de reflexão na quarta parte. A terceira parte comporta uma estimulante introdução, composta por quatro ensaios. Um desses ensaios, assinado por Walter Alarcón Glasinovich, sintetiza o debate sobre a acumulada herança histórica de exclusão social e econômica e os reflexos sobre a exploração do trabalho de crianças até a atualidade: “child labor in Latin America is a symptom of the historical accumulation of exclusion and inequity” (p. 311).

O ensaio de Glasinovich ainda fornece, para deleite dos historiadores do trabalho infantil no século XX, uma tabela da OIT, com a população mundial economicamente ativa de crianças de 10 a 14 anos, relativa ao período de 1950 a 1990. Para este período, os dados da OIT indicam um declínio do trabalho infantojuvenil em todos os continentes, talvez como resultado dos esforços de organismos internacionais dedicados ao combate ao trabalho precoce, a exemplo da própria Organização Internacional do Trabalho. Por outro lado, os números evidenciam, também, um maior percentual de crianças e jovens trabalhando nas regiões mais pobres, onde o trabalho dos menores é uma fonte complementar ao orçamento doméstico. Ainda na parte dedicada às realidades latino-americanas, de modo coerente, Elizabeth Anne Kuznesof (p. 317) questiona a essência dos valores culturais que travestem e dão sustentação ao trabalho infantil, ao discutir, por exemplo, que a aceitação do trabalho infantil como algo normal e até positivo está claramente associada com a história da família e da infância na América Latina, caracterizada por heranças culturais e econômicas que não excluem a participação dos pequenos no mundo do trabalho.

É notável, no livro de Hindman, a grande quantidade de textos que versam sobre o Brasil (nove) e os Estados Unidos (dezoito), provavelmente resultantes dos intensos debates, intra e extra acadêmicos concernentes ao tema, e das políticas públicas de combate ao trabalho infantil. Nos estudos sobre a América Latina e, em especial, sobre o Brasil, são constantemente referenciadas as pesquisadoras brasileiras Esmeralda Moura (especialmente por seu livro de 1982, **Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital**), Ana Lúcia Kassouf e Irma Rizzini. Ainda na seção sobre o panorama brasileiro, destaca-se um breve ensaio da autoria de Oris de Oliveira. Intitulado “Development of child labor law in Brazil” (p. 357), o ensaio recupera a trajetória da legislação voltada à proteção do trabalho do menor no país, apresentando preciosas informações sobre as convenções da OIT e os dados relativos à adesão do Brasil a estas normas internacionais:

Brazil ratified, without any conflict between the international and national norms, most of the important ILO conventions pertaining to child labor, including: C5, Minimum Age (Industry) Convention (1919), ratified in 1934; C6, Night Work of Young Persons (Industry) Convention (1919), ratified in 1934; C16, Medical Examination of Young Persons (Sea) Convention (1921), ratified in 1936; C58, Minimum Age (Sea) Convention (Revised) (1936), ratified in 1938; and C124, Medical Examination of Young Persons (Underground Work) Convention (1965), ratified in 1970 (p. 358-359).

A primeira lei específica sobre o trabalho dos “menores” livres no Brasil tem a sua gênese no primeiro governo republicano: o Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891. O Decreto permitia que crianças com idade acima de oito anos iniciassem seu “aprendizado” na indústria têxtil. Mas o artigo 4º determinava que os menores do sexo feminino de 12 a 15 anos e os do sexo masculino de 12 a 14 só poderiam trabalhar no máximo sete horas por dia, não consecutivas, de modo que nunca excedessem quatro horas de trabalho contínuo. Os menores do sexo masculino de 14 a 15 anos poderiam trabalhar até nove horas, nas mesmas condições. Em seu ensaio, Oris de Oliveira aponta a ineficácia do Decreto 1.313, já que os dados do período entre 1890 e 1920 confirmam a prevalência do trabalho infantil, especialmente na indústria têxtil.

A quinta parte do livro elucida o trabalho de crianças na Europa. Ao contrário dos textos sobre a África Subsariana, que enfatizam o trabalho

infantil na contemporaneidade, os estudos relativos ao “Velho Mundo” se dedicam ao passado, trazendo temas instigantes como o dilema das crianças no processo de industrialização europeu; a atuação das igrejas católica e protestante frente ao trabalho infantil; a política familiar nos países nórdicos; o trabalho de crianças na agricultura da Grã-Bretanha; a relação entre trabalho, educação e disciplina nos Países Baixos; as crianças no “comércio” do sexo na Rússia. Já a sexta parte do livro é consagrada aos estudos sobre a África do Norte e o Oriente Médio, enquanto que a Ásia Central e Sul são evidenciadas na sétima parte. Somente a Índia é objeto de análise em onze textos. Por fim, a oitava e última parte focaliza os países da Ásia Oriental e do Pacífico.

Apesar do caráter sintético e até pretensioso de algumas contribuições que tentaram resumir séculos de *child labor* nas poucas páginas destinadas a cada autor, e ainda considerando a pequena quantidade de ensaios que relacionaram gênero e trabalho infantil ou que se dedicaram a discutir somente as particularidades das meninas trabalhadoras, alguns temas transversais percorrem toda a obra, como o debate sobre a criação e a ratificação dos países às principais convenções da OIT, a exemplo da Convenção 138, de 1973, e a Convenção 182, do ano de 1999. Outro assunto comum nos textos que envolvem as últimas décadas do século XX é a discussão sobre o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec), implementado mundialmente pela OIT em 1992 e que vislumbra promover a cooperação técnica, assistência e assessoria a programas de defesa dos direitos da criança e do adolescente e, em particular, de combate à exploração do trabalho infantil.

Em **The world of child labor: an historical and regional survey**, cada pesquisador debruçou-se sobre suas fontes com a metodologia e o olhar que lhes são peculiares, dando à enciclopédia o caráter pontual de uma obra que não tem a pretensão de fornecer ou formular uma resposta única ao universo que cerca o trabalho de crianças, seja no passado ou nos dias atuais. Deste modo, um dos maiores êxitos desta publicação se evidencia na possibilidade de subsidiar estudos que tenham como foco a história comparada do trabalho infantil. Revelando-se uma obra que poderá tornar-se referência no assunto, esta grandiosa coletânea, objeto de cuidadoso projeto editorial e excelente acabamento gráfico, vem, em bom tempo, atender aos anseios dos leitores que almejam encontrar, numa única obra, diversas percepções teóricas, temáticas, cronológicas e espaciais acerca do trabalho infantil.